



ACÓRDÃO Nº502/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11640/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Comissão Geral de Licitação - CGL
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Sidney Coelho (Ordenador de Despesa) e Victor Fabian Soares Cipriano (Gestor)
- 6- **Advogado:** Sidney Coelho – OAB nº 9664
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 433/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Comissão Geral de Licitação - CGL. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, da Comissão Geral de Licitação - CGL, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor **Victor Fabian Soares Cipriano**, Ex - Presidente da Comissão Geral de Licitação - CGL, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, da Comissão Geral de Licitação - CGL, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor **Sidney Coelho**, Ex - Vice Presidente da Comissão Geral de Licitação - CGL e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Senhor **Victor Fabian Soares Cipriano**, Ex - Presidente da Comissão Geral de Licitação - CGL no valor de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e



ACÓRDÃO Nº502/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERE autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

- 10.4. Aplicar Multa** ao Senhor **Sidney Coelho**, Ex - Vice Presidente da Comissão Geral de Licitação - CGL e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERE autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.



ACÓRDÃO Nº502/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.5. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.5.1. Justificar os envios dos Balancetes Mensais a esta Corte de Contas, via sistema e-Contas, dessa CGL, FORA do prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015.

10.5.2. Justificar a ausência do Inventário dos Bens Patrimoniais dessa CGL, junto a Prestação de Contas, uma vez que, foi encaminhado somente o resumo por Grupo Contábil, em cumprimento a Resolução nº 05/1990 – TCE/AM.

10.5.3. Justificar o valor dos itens registrado no Almojarifado de Bens de Consumo dessa CGL.

10.5.4. Justificar as impropriedades referentes à contratação da empresa LBC Conservadora e Serviços LTDA., sem cobertura contratual, com pagamentos a título de Indenização (natureza de despesa nº 33909301), que teve como objeto Serviços de Agente de Portaria.

10.5.5. Ausência do Projeto Básico com o detalhamento do objeto, em cumprimento ao art. 7º, I, da Lei nº 8.666/93.

10.5.6. Ausência da pesquisa de preços no mercado (no mínimo três propostas), em cumprimento ao art. 40, § 2º, II e art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93.

10.5.7. Ausência da justificativa que caracterizou a situação de urgência, em cumprimento ao art. 26, I, da Lei nº 8.666/93.

10.5.8. Ausência da razão da escolha do fornecedor, em cumprimento ao art. 26, II, da Lei nº 8.666/93.

10.5.9. Ausência do Termo de Ajuste de Contas, documento necessário para proceder a liquidação dos valores devidos, no qual deverá constar a descrição dos serviços e/ou materiais, a atestação minuciosa dos serviços prestados e/ou recebimento de materiais e a quitação, sem ressalvas, pelo prestador dos serviços e/ou



ACÓRDÃO Nº502/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

fornecedor de materiais, em cumprimento ao art. 63, § 2º, I, da Lei nº 4.320/1964.

10.5.10. Justificar os pagamentos referentes aos Contratos e Termos Aditivos aos referidos contratos, firmado com a empresa LBC Conservadora e Serviços LTDA., cujo objeto foi Serviços de Agente de Portaria nas dependências da nova sede da CGL.

10.5.11. Justificar a necessidade da Contratação da empresa EVEREST Arquitetura e Engenharia LTDA., vencedora da Tomada de Preços, para reforma e adequação da nova sede da Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo – CGL, localizada na Rua Belo Horizonte s/nº - Bairro Adrianópolis, conforme despacho de Homologação, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Maio de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral